

O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

COMUNICADO DO COMITÉ CENTRAL SOBRE O PROJECTO DO NOVO PROGRAMA DO PARTIDO

1—O objectivo do Programa do Partido Comunista Português é definir cientificamente, na base da doutrina de Marx, Engels e Lênine as tarefas do Partido na actual etapa histórica. Elaborando o Projecto de Programa e submetendo-o à apreciação e discussão de todo o Partido, o Comité Central cumpre a sua tarefa de propor ao Partido um tal Programa.

O Projecto de Programa fundamenta-se numa análise da situação económica, social e política existente actualmente em Portugal. Define o governo fascista como o governo dos monopólios associados ao imperialismo estrangeiro e dos latifundiários, mostra como a política do governo fascista é dirigida contra os interesses do proletariado (operários industriais, e assalariados rurais), do campesinato (pequenos e médios agricultores), da pequena burguesia urbana, sectores da média burguesia, dos intelectuais. Saliencia a exploração e a dominação dos povos das colónias portuguesas pelo colonialismo português e a exploração e a dominação do povo português pelo imperialismo estrangeiro. Caracteriza a luta nacional contra a ditadura fascista como uma luta anti-monopolista e anti-imperialista. E define a etapa actual da revolução como uma revolução democrática e nacional.

2—Acabar com a tirania fascista, instaurar a liberdade política, liquidar o poder dos monopólios e latifundiários, realizar uma série de profundas reformas que beneficiarão a maioria esmagadora da população portuguesa — isso caracteriza a revolução como democrática.

Acabar com o domínio imperialista sobre Portugal e com o domínio colonialista de Portugal sobre outros povos, promover o desenvolvimento dos recursos nacionais, assegurar a soberania, a integridade territorial e a verdadeira independência do país — isso caracteriza

a revolução como nacional.

O Projecto de Programa concretiza os objectivos da revolução democrática e nacional em 8 pontos fundamentais: Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; democratizar a instrução e a cultura; libertar Portugal do imperialismo; reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; e seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

O Projecto de Programa, aprofunda, precisa, particulariza e sistematiza as reformas e medidas necessárias para atingir esses objectivos, sublinha que a revolução democrática e nacional terá de ser a realização conjunta de todos eles e afirma que essa realização depende decisivamente da unidade e da luta da classe operária e das massas trabalhadoras.

3—O Projecto de Programa justifica a necessidade da união das classes e camadas não monolistas numa vasta frente anti-fascista, cuja base fundamental é a unidade da classe operária (e o seu aspecto particular da unidade do proletariado industrial com o proletariado rural) e a aliança da classe operária com o campesinato, salientando ao mesmo tempo a importância do papel da pequena burguesia urbana, e, fora do quadro das forças sociais portuguesas, da aliança com os povos das colónias portuguesas. Indicando que a unidade das forças anti-fascistas, das forças democráticas e patrióticas constituiu um das tarefas centrais do Partido do proletariado, o Projecto de Programa salienta que só o proletariado guiado pelo Partido Comunista, está em condições de promo-



ver a união de todas as classes e camadas anti-monopolistas para lhes dar um espírito organizador e um impulso revolucionário, de as conduzir à vitória contra a ditadura e de lutar consequentemente até ao fim por todos os objectivos fundamentais da revolução democrática e nacional.

O Projecto de Programa indica que nas condições actualmente existentes em Portugal, a perspectiva para derrubar a ditadura fascista é o levantamento nacional e a insurreição popular armada, define as condições essenciais em que esta pode ter lugar, e indica as tarefas fundamentais do Partido para conduzir a classe operária e as massas populares à vitória. O Projecto de Programa insiste em que só a luta popular de massas pode conduzir a uma insurreição popular victoriosa. O papel das lutas populares de massas e da organização, a utilização das diversas formas de luta, e a sua apreciação e importância relativa são tratadas com relevo.

4— O Projecto de Programa indica que derrubado o governo fascista o primeiro e fundamental passo da revolução democrática e nacional é levar ao poder um Governo Provisório cuja tarefa essencial é a instauração das liberdades democráticas e a realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte. O Projecto de Programa define a necessidade e as condições de participação do Partido Comunista no Governo Provisório e desenvolve as medidas imediatas e urgentes que este tem de tomar para consolidar a vitória e poder realizar eleições livres.

5— O Projecto de Programa salienta que a Revolução Democrática e Nacional não esgota o processo revolucionário e que, para o Partido Comunista Português, vanguarda do proletariado e partido marxista-leninista, a luta pela revolução democrática e nacional é parte constitutiva da luta pelo socialismo. Apresenta os traços gerais fundamentais da revolução proletária e da construção da sociedade socialista e mostra ser indispensável, para a passagem do capitalismo ao socialismo, a instauração da ditadura do proletariado que pode assumir formas e particularidades diversas. Abordando o problema da revolução socialista em Portugal, afirma que, derrubada a ditadura fascista, a realização da revolução democrática nacional criará condições favoráveis para a conquista do poder pelo proletariado sem necessidade de uma nova insurreição, mostrando que em definitivo a via a seguir será determinada pelas condições existentes.

6— Depois de sublinhar as características fundamentais da sociedade comunista e as experiências e exemplos da revolução de Outubro, da U.R.S.S. e do campo socialista o Projecto de Programa, numa parte final, sintetisa os princípios orgânicos do Partido Comunista Português, refere o seu

papel e a sua luta, sublinha que o Partido é um destacamento do movimento comunista internacional no qual todos os partidos são independentes, iguais e soberanos, e apela para que a classe operária, todos os trabalhadores, os intelectuais, a juventude, façam do programa do Partido o seu próprio Programa e lutem pela sua realização.

7— O Comité Central submete à discussão de todo o Partido o Projecto de Programa. O Projecto de Programa apresenta a perspectiva revolucionária da luta quotidiana do Partido e das classes trabalhadoras e a sua discussão deve ser ligada à discussão das tarefas imediatas do Partido. A discussão do Projecto de Programa contribuirá para o reforço da unidade ideológica e política de todo o Partido, para a unidade de acção de todas as organizações e militantes para a aplicação justa da linha política e tática do Partido.

Elaborado na base dos princípios do marxismo-leninismo, o Projecto de Programa é um valioso instrumento na luta contra todos os desvios. A sua discussão em todo o Partido será uma importante contribuição, não só para combater e derrotar quaisquer manifestações oportunistas de direita, como para combater e derrotar as tendências sectárias, esquerdistas e anarquistas do radicalismo pequeno-burguês, que constituem presentemente o perigo principal. Discutido e aprovado o Projecto de Programa do Partido Comunista Português, será um documento básico de importância decisiva para toda a actividade do Partido e para a luta da classe operária, das massas trabalhadoras e do povo em geral. Ele será o guia da luta para o derrubamento do fascismo e para a realização da revolução democrática e nacional.

Sob a bandeira do Partido Comunista Português, guiadas e inspiradas pelo seu programa, a classe operária e as massas trabalhadoras lutarão e avançarão para a conquista da liberdade, da democracia, da independência nacional, da paz, do socialismo.

O Comité Central

do Partido Comunista Português

(Nota: Este comunicado foi com outros importantes documentos, em que se destaca o projecto do novo programa do Partido, aprovado na última reunião do C.C. realizada no mês de Janeiro deste ano.

A Comissão Executiva, de acordo com a resolução do C.C. tomará as medidas necessárias para publicar no mais curto prazo o Projecto de Programa. Chamando-se desde já a atenção de todos os organismos e militantes do Partido para prepararem o seu estudo e divulgação.)

RESOLUÇÃO DO C.C.

A SITUAÇÃO NO MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL E A CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS

1. Face às divergências existentes no movimento comunista internacional, não é possível uma posição «neutral». Nos problemas em discussão, tanto no que respeita às posições ideológicas, como no que respeita à actividade prática, estão vitalmente interessados todos os partidos comunistas e operários.

A posição do Partido Comunista Português em relação às divergências e dificuldades existentes no movimento comunista internacional foi publicamente expressa em documentos da Direcção do Partido, designadamente na declaração da Comissão Política de Setembro de 1960, na declaração do Comité Central de Janeiro de 1963 no comunicado do CC de Agosto de 1963; no relatório do camarada Álvaro Cunhal aprovado pelo CC na mesma data; no comunicado do CC de Abril de 1964; e na carta ao CC do Partido Comunista da União Soviética de Agosto de 1964.

O Partido Comunista Português continua a dar elevado apreço à contribuição de todos e de cada partido irmão para o estabelecimento duma linha geral comum. Continua a considerar de particular importância a contribuição do Partido Comunista da União Soviética cujo programa aprovado no seu XXII Congresso é um documento de significação histórica para todo o movimento comunista. Continua a considerar como linha geral do movimento comunista internacional a orientação expressa na declaração de 1957 e a orientação elaborada em comum e aprovada pela unanimidade dos 81 partidos comunistas e operários na Conferência de 1960.

2. A unidade do movimento comunista internacional e do campo socialista constitui um factor de decisiva importância para o rápido desenvolvimento de todo o processo revolucionário mundial. É dever de todos os partidos comunistas e operários não poupar esforços para superar as divergências e dificuldades existentes e conseguir salvaguardar e fortalecer essa unidade.

O Partido Comunista Português considera que esses esforços se devem desenvolver em três direcções fundamentais: A primeira é a discussão franca a fraternal entre os partidos irmãos com vistas à aproximação dos pontos de vista respectivos e à superação das divergências ideológicas; a segunda é a procura de pontos de concordância para a acção prática na luta contra o imperialismo, pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo e o estabelecimento de acordos concretos de todos os partidos comunis-

tas e operários para a unidade de acção; a terceira é a procura do estabelecimento, por acordo dos partidos comunistas e operários, das normas de relações entre os partidos e o respeito por elas.

3. Atribuindo importância aos encontros bi-laterais e pluri-laterais de partidos irmãos, o Partido Comunista Português continua a considerar necessária a realização da Conferência internacional dos Partidos Comunistas e Operários.

Na base de consultas realizadas entre partidos irmãos, com o objectivo de melhor preparar a reunião da Comissão de Redacção e da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários, a primeira sessão da Comissão de Redacção, marcada inicialmente para 15 de Dezembro, foi adiada para 1 de Março de 1965. O Partido Comunista Português, prosseguindo na sua orientação de defesa da unidade do movimento comunista, manifestou a sua concordância com esse adiamento.

O Partido Comunista Português continua a considerar que todos os esforços devem ser feitos para que todos os partidos componentes da comissão preparatória da Conferência participem nos seus trabalhos e para que participem na Conferência todos os 81 partidos comunistas e operários que participaram na Conferência de 1961. Consequente com a sua orientação, entende que devem ser estimuladas e apoiadas iniciativas e devem ser atentamente consideradas todas as sugestões ou propostas de Partidos irmãos que visem facilitar que se alcance um tal objectivo.

4. O Partido Comunista Português continua a considerar de maior importância para a resolução das dificuldades existentes a cessação da polémica pública e em especial a cessação do emprego de termos insultuosos, inamistosos e hostis que com frequência têm sido utilizados. A melhoria da situação que a este respeito se tem verificado ultimamente é um facto positivo que contribui para criar condições mais favoráveis para a discussão das divergências e dificuldades existentes, para conversações bi-laterais e pluri-laterais e para a preparação do trabalho da Comissão preparatória da Conferência.

5. O apoio e até o fomento de actividades cionistas é incompatível com os princípios da igualdade, da independência e da soberania dos partidos comunistas e operários. O Partido Comunista Português não mantém quaisquer ligações com elementos expulsos de partidos irmãos, em-

bora em alguns casos o tenham sido por defenderem posições concordantes com a linha geral do movimento comunista internacional, e não pode deixar de censurar severamente o apoio que qualquer partido possa dar a aventureiros e a renegados que lutarem contra o Partido Comunista Português.

O Partido Comunista Português continua a considerar de importância decisiva para vencer as dificuldades existentes a cessação da intervenção de quaisquer partidos comunistas e operários na vida interna de outros, independentemente da posição que estes tomem em relação aos problemas em litígio no movimento comunista internacional.

6. A unidade do campo socialista e do movimento comunista internacional corresponde aos interesses e aspirações de todos quantos no mun-

do lutam para por termo à exploração e à opressão do capital, ao jugo colonial, ao fascismo, à guerra. Na actual situação é de desejar que todos os partidos comunistas e operários se esforcem por valorizar o que une os partidos irmãos e por vencer as dificuldades existentes através do estabelecimento de acordos comuns mutuamente aceitáveis. Tudo fazer para defender e fortalecer a unidade do campo socialista e do movimento comunista internacional na base dos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário, é um dever indeclinável de todos os partidos comunistas e operários. O Partido Comunista Português, pelo seu lado, esforçar-se-á por cumprir esse dever.

Janeiro de 1965

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Por uma grande jornada DO 1º DE MAIO!

A jornada do 1º de Maio deste ano inscreve-se numa situação política particularmente favorável às forças democráticas e anti-fascistas. Agudiza-se a crise do regime salazarista e assiste-se a um notável ascenso das lutas da classe operária e das massas populares, incluindo a juventude estudantil, em defesa dos seus direitos e contra a ditadura fascista.

A intensificação da guerra colonial com a sua extensão a Moçambique, para a qual não há nenhuma saída no quadro do actual regime, aumenta o descrédito e impopularidade do governo de Salazar tanto no país como no estrangeiro. Esta guerra, que custa cada vez mais dinheiro e sangue à Nação, agrava a crise económica nacional, aumenta a carga tributária e os impostos, aumentando também a subordinação do país ao imperialismo estrangeiro no aspecto económico, político e militar. Esta política de verdadeira traição nacional desperta a indignação e a revolta em todos os patriotas e portugueses honrados.

A brutal repressão que o governo de Salazar faz cair sobre os lutadores anti-fascistas e as massas populares, enchendo as prisões políticas, contribui para acentuar o seu descrédito e isolamento assim como a revolta e indignação populares.

A perspectiva que se apresenta e na qual se inscreve a jornada do 1º de Maio de 1965, é a de um novo agravamento da crise do regime e da intensificação da luta do povo português pelo Pão, pela Paz e a Democracia. Se forem bem aproveitadas as condições existentes, favorecidas pelo reforço da unidade anti-fascista com a realização da 3ª Conferência da F.P.L.N., e tendo em conta o facto de no decorrer do ano em curso deverem realizar-se as «eleições» fascistas do Presidente da Re-

pública e dos deputados à chamada Assembleia Nacional, poderão dar-se nos tempos próximos passos importantes no caminho da revolução democrática e nacional contra a ditadura fascista.

A intensificação das lutas da classe operária e das massas populares na jornada do 1º de Maio poderá influenciar decisivamente o curso dos acontecimentos políticos no sentido atrás apontado. Sob a influência da acção decidida das massas populares poderão dar-se passos muito sérios em aspectos fundamentais da luta política, tais como a luta contra a guerra colonial, a luta pela amnistia e libertação dos presos políticos, a luta pela extinção das «medidas de segurança» e dos Tribunais Plenários, assim como a luta contra a censura e pelas liberdades democráticas.

O 1º de Maio
é uma jornada proletária

O 1º de Maio, jornada de solidariedade proletária internacional, é no nosso país, sob a orientação e direcção do Partido Comunista Português, uma jornada de luta do proletariado português pelas suas reivindicações económicas e políticas. A comemoração da jornada do 1º de Maio, como o demonstram as acções dos anos de 1962, 1963 e 1964, criou raízes entre as massas, ela é a expressão da unidade e da luta da classe operária e de todos os trabalhadores por melhores salários e condições de vida, contra a repressão e o fascismo, contra o domínio dos monopólios e do imperialismo estrangeiro e contra as guerras coloniais. Estas reivindicações que são ao mesmo tempo as reivindicações mais sentidas do povo português,

confirmam a classe operária como a classe de vanguarda, a classe que interpreta justamente o sentir e os interesses da Nação.

Porém, ao comemorar o 1º de Maio, a classe operária comemora uma data bem sua, essencialmente proletária. Ficaram bem gravadas no coração de todos os trabalhadores as consignas lançadas pelo Comité Central do nosso Partido para a jornada do 1º de Maio de 1964 ao proclamar: «O 1º de Maio pertence aos trabalhadores! O 1º de Maio é nosso! Fomos nós, ano após ano, que fizemos do 1º de Maio o dia mais popular na luta pelo pão a liberdade e a paz.» É um dever de todos os comunistas, de todo o operário consciente, defender a pureza destas consignas, defender e consolidar através da luta o conteúdo de classe da jornada do 1º de Maio.

É evidente que os comunistas não devem desprezar a menor oportunidade de, no decorrer da jornada do 1º de Maio, impulsionar e organizar também lutas por objectivos mais gerais em que estejam interessadas e participem outras camadas da população. É mesmo muito importante que tais lutas tenham lugar. Como o demonstrou o exemplo das lutas estudantis em 1962 e 1964, tais lutas contribuem para fortalecer as posições da classe operária na medida em que são dirigidas contra o inimigo comum do povo português — o fascismo salazarista. É porém incorrecto que nos apelos dirigidos à classe operária para o 1º de Maio se misturem apelos aos industriais e outras camadas da burguesia no sentido de se solidarizarem e apoiarem as lutas dos trabalhadores. Tais apelos que apareceram ainda nalguns documentos do Partido durante a jornada de 1964, não são tendentes a fortalecer a consciência e o espírito de classe dos trabalhadores; tendem, pelo contrário, a apagar no plano ideológico as fronteiras entre a classe operária e os seus inimigos de classe, entre os explorados e os seus exploradores. Tais apelos tendem a iludir a dura realidade da exploração capitalista o que não serve de modo nenhum a causa dos trabalhadores e a sua luta contra o capital explorador e o seu governo — o governo de Salazar. A classe operária, como classe independente e como a classe mais revolucionária da sociedade, está em condições de travar de forma independente as suas lutas de classe e ter ao mesmo tempo um papel dirigente nas lutas mais gerais do nosso povo contra a ditadura fascista. Neste aspecto, a jornada do 1º de Maio sendo uma jornada da classe operária poderá, no entanto, ser o ponto de partida para importantes lutas do nosso povo contra a política fascista no seu conjunto.

Desenvolver ao máximo as lutas reivindicativas — factor importante para o êxito da jornada

Dentro da justa compreensão de que a jornada do 1º de Maio começa muito antes do dia

1º de Maio, devemos combater toda a tendência a subestimar a intensificação das lutas reivindicativas no decorrer da jornada e a desviar desde o início todos os esforços para a agitação e preparação de acções relacionadas exclusivamente com o próprio dia 1º de Maio. Devemos lembrar-nos que o grande êxito da jornada de 1964 e sua principal característica, foi o volume de lutas reivindicativas travadas nesse período, das quais a mais importante foi a greve de 10.000 pescadores algarvios de 15 a 28 de Abril, a qual deu à jornada do 1º de Maio no Algarve um brilho particular. Que este desvio é susceptível de se manifestar demonstramos o exemplo recente de quando numa reunião de quadros do Partido se discutiam aspectos de orientação para a jornada do 1º de Maio, mais de um camarada ao falar na jornada era principalmente no próprio dia 1º de Maio que estava a pensar e nas acções que nesse dia poderiam ser levadas a cabo.

Se é certo que a preparação e a organização das acções e manifestações do dia 1º de Maio, incluindo a intensa agitação que é necessário levar a efeito, têm uma grande importância política e devem merecer a maior atenção na altura própria, também é verdade que o êxito desse mesmo trabalho depende muito do ambiente que estiver então criado entre as massas em virtude das lutas travadas ou em curso.

O êxito da jornada do 1º de Maio depende muito da capacidade do Partido para dar um grande impulso às lutas em curso e para levar novas camadas do proletariado à luta por melhores salários e contra a vida cara; da capacidade dos comunistas para organizar o descontentamento e a revolta das massas; para organizá-las e levá-las a lutar contra a guerra colonial e as suas consequências, contra a repressão e pela amnistia.

Um esforço particular deve ser feito para organizar e desencadear novas lutas por aumentos de salário e por melhores condições de vida. Em todos os locais de trabalho, na cidade como no campo, nas fábricas e oficinas, nos escritórios e nas escolas, nos quartéis e nos bairros, nos ranchos e nas praças de jorna, importa que as organizações do Partido e os militantes que aí tenham possibilidades de influir com a sua acção, impulsionem as lutas em curso e favoreçam a organização de novas lutas.

É necessário convencer os trabalhadores de que as suas reivindicações terão mais possibilidades de serem atendidas pelo patronato e pelo governo se organizadas no decurso da jornada do 1º de Maio. Basta citar o exemplo da greve dos pescadores do Algarve em 1964, que desencadeada em 15 de Abril tomou tal amplitude e projecção que ao aproximar-se o 1º de Maio o governo julgou prudente fazer pressão sobre os armadores para assinarem a 28 de Abril (3 dias antes do 1º de Maio) o contrato colectivo dando satisfação aos pescadores. O que



não impediu, deve dizer-se, que o 1º de Maio fosse comemorado condignamente no Algarve.

Lutas e reivindicações tais como as dos operários da CUF do Barreiro e da UFA que se arrastam há mais de um ano; as dos Portuários de Lisboa a quem tentam enganar com o novo contrato; as dos operários dos curtumes de Alcanena que reclamam há muito a assinatura do novo contrato; as dos têxteis do Norte, ludibriados em grande parte das suas reivindicações com o recente contrato; as dos bancários e empregados de seguros, a quem os exploradores da banca e dos seguros resistem a ceder uma ínfima parte do muito que sugam ao povo português; as dos metalúrgicos de todo o país que reclamam por todos os lados um novo contrato; as dos trabalhadores da Carris do Porto com tão grandes desigualdades de salários em relação aos seus colegas de Lisboa e mesmo estes que também desejam a revisão dos seus salários; as dos Ferroviários de todo o país, vítimas das maiores injustiças por parte dos tubarões da C.P., poderão todas elas resultar em outras tantas vitórias para a classe operária se soubermos convencer as dezenas de milhares de trabalhadores interessados nessas lutas e reivindicações da vantagem de lutarem com mais audácia, decisão e tenacidade no decorrer da actual jornada do 1º de Maio. Algumas destas lutas que se arrastam há longo tempo poderão decidir-se rapidamente se no decorrer da jornada os trabalhadores nelas interessados se dispuserem a recorrer audaciosamente a formas superiores de luta, tais como a paralização e a greve.

A organização do 1º de Maio

Mais próximo do dia 1º de Maio e com o tempo suficiente, importa que as organizações do Partido em cada sector façam o balanço da situação, das condições e das perspectivas existentes, com vista à organização de manifestações, greves e outras acções políticas da classe operária para comemorarem o seu dia de festa e dia de luta. Consideradas de forma objectiva todas as possibilidades existentes, há que dar às massas, através duma intensa agitação, palavras de ordem concretas e adequadas; palavras de ordem que as massas sintam, as façam suas e as levam à prática, ligadas à luta por melhores condições de vida, contra a guerra colonial, pela paz e pela Democracia.

A experiência dos últimos três anos diz-nos que não devemos subestimar a possibilidade de organizar a comemoração do 1º de Maio seja em que terra for. Em toda a parte há trabalhadores que sofrem a exploração capitalista e as consequências de 39 anos da odiada opressão fascista. Com as guerras coloniais todos os dias mais de

uma mãe fica de luto por um filho caído nessas malditas guerras. A juntar à miséria de todos os dias, o luto vai assim entrando também em muitos lares de trabalhadores por todo o país. A repressão fascista atinge hoje igualmente muitos milhares de trabalhadores, democratas e patriotas que de um ou outro modo lhes sofreu ou sofre as consequências. O ódio e a revolta contra o regime fascista responsável por tantas desgraças e crimes, brota espontaneamente entre as massas populares. Ódio e revolta que esperam apenas o dia em que alguém lhes dê um sentido organizado para se transformarem em acções políticas contra a ditadura fascista. O dia 1º de Maio que é hoje no nosso país o dia mais popular na luta pelo pão, a liberdade e a paz, pode ser esse dia.

Nas condições políticas actuais podemos portanto dizer que é possível realizarem-se quase por toda a parte acções do 1º de Maio com uma condição — organizando-as.

ORGANIZAR DE ACORDO COM AS POSSIBILIDADES EXISTENTES, MAS ORGANIZAR. Desde o lançamento de foguetes e morteiros, leitura de inscrições, realização de piqueniques, colocação de dísticos e cartazes ou duma bandeira vermelha contendo um viva ao 1º de Maio, até à realização de comícios relâmpagos à porta das fabricas ou de manifestações de rua, tudo precisa ser organizado. Se queremos que algo se realize devemos determinar de ante-mão quem o vai realizar e como se vai realizar.

No que se refere mais particularmente à realização de manifestações de rua em grandes centros populacionais como Lisboa, Porto e outras terras onde hajam condições favoráveis à sua realização, se queremos ter a garantia de que algo se fará como desejamos, devemos responsabilizar as organizações do Partido desses sectores pelas medidas de organização e de quadros indispensáveis. Deverão ser seleccionados e preparados os quadros mais adequados de cada sector, de modo a cada um saber o que tem a fazer no plano da organização e da direcção, em cada momento dado e em quaisquer circunstâncias. Quadros políticos activistas, especialmente dotados, devem enquadrar e dirigir as manifestações, collocando-se à cabeça das massas nos momentos decisivos dando-lhes a orientação e direcção indispensáveis. Quadros que pelo seu tacto político saibam dirigir as massas e, ao mesmo tempo, defender-se com elas.

Para todas estas tarefas é necessário que as organizações do Partido e os militantes comunistas não contem apenas consigo próprios. É necessário que saibam confiar também nos organismos unitários que venham a ser criados orientando-os para as inúmeras tarefas que decorrem das iniciativas do 1º de Maio. Especialmente para o intenso trabalho de agitação que é necessário levar a cabo devemos contar com a actividade e espírito criador dos organismos populares tais como as comissões pró-1º de Maio. Generalizando experiências há que descentralizar os aparelhos de agitação dentro de um plano de conjunto, desdobrando as bases de reprodução de documentos mesmo em formas rudimentares.

Tendo em conta o importante papel da RÁDIO PORTUGAL LIVRE na agitação e popularização das lutas e das reivindicações dos trabalhadores e das massas das mais diversas profissões, empresas e localidades, há que fornecer com brevidade os materiais informativos actualizados, indispensáveis ao trabalho da nossa Rádio.

Finalmente, importa assinalar que saber prever a repressão fascista, organizando a defesa dos quadros mais responsáveis e dos quadros intermédios indispensáveis à permanente ligação do Partido com as massas no decorrer da jornada e das manifestações e acções do dia 1º de Maio, é também um dos aspectos mais importantes para garantir o êxito da jornada do 1º de Maio de 1956.

Saibamos, pois, trabalhar com entusiasmo, confiança, audácia e decisão, com a certeza de que a actual jornada do 1º de Maio, para além do que significa como jornada internacional dos trabalhadores, será no nosso país uma importante etapa na luta das massas populares pela conquista das suas reivindicações e contra a ditadura fascista.

RÁDIO PORTUGAL LIVRE—

UMA ARMA PODEROSÍSSIMA DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA

Transcorre no dia 12 de Março o terceiro aniversário da Rádio Portugal Livre. Foi uma grande vitória do Partido a sua criação e a sua manutenção ao longo destes três anos de actividade ininterrupta.

Rádio Portugal Livre prestou já relevantes serviços ao povo e aos trabalhadores portugueses.

Quem não se recorda do papel decisivo que ela desempenhou na agitação e preparação das grandiosas jornadas de Maio de 1962? Quem não se recorda da ajuda preciosa que daí para cá ela sempre tem prestado a todas as jornadas nacionais de luta contra o fascismo?

Não ficam por aqui, contudo, os serviços prestados por Rádio Portugal Livre ao nosso Partido e ao movimento democrático português. Diariamente R.P.L. desmascara o regime salazarista, desmascara a exploração brutal que pesa sobre as massas trabalhadoras, denuncia a feroz opressão que agrilha o nosso povo. Dia após dia, sem que nenhuma força se lhe possa opor, ela penetra em milhares e milhares de lares, despertando a consciência revolucionária das massas, indicando-lhes o caminho da luta, encorajando-as, incentivando-as permanentemente à acção.

Através da R.P.L. o país inteiro tem sido informado de centenas e centenas de pequenas e grandes lutas dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos militares — lutas que a imprensa clandestina dificilmente poderia divulgar tão amplamente, e que são um poderoso incentivo a novas acções de massas, e à sua organização para o combate.

Através de R.P.L. o povo português tem podido tomar conhecimento rapidamente de todos os novos passos andados pelas forças democráticas no caminho de um maior estreitamento da unidade e da intensificação das acções comuns contra a ditadura salazarista.

Através de R.P.L. tem sido largamente popularizada a orientação e as palavras de ordem do nosso Partido, o que possibilitou um considerável alargamento da sua ressonância entre as massas, e um muito mais perfeito conhecimento pelos próprios militantes das directrizes políticas e táticas traçadas pela sua Direcção.

A existência de R.P.L. tem possibilitado também uma divulgação no país muito mais intensa das ideias marxistas-leninistas, e um conhecimento muito mais amplo não só da teoria do socialismo, como das realizações práticas do socialismo.

Razão tiveram as massas populares, há 3 anos, para saudarem com entusiasmo o aparecimento

de R.P.L.. Ela tem sido, com efeito, uma arma poderosa ao serviço do nosso Partido e das massas trabalhadoras na luta contra o fascismo, contra a exploração e a opressão capitalistas, e pela democracia.

Os próprios fascistas souberam ver desde a primeira hora, o valor e a importância dessa arma. Daí a sua campanha de calúnias históricas contra a R.P.L. na Emissora Nacional, e até, mais tarde, o pedido de inclusão na ordem de trabalhos duma reunião da União Europeia de Radiodifusão duma alínea para a discussão da «defesa contra as emissões piratas». R.P.L. é porém uma voz que os fascistas não podem amordaçar. Isso desespera-os e perturba-os. Em contrapartida, alegra e entusiasma as massas populares, e reforça a sua confiança no nosso Partido e na vitória da nossa causa.

Graças ao esforço que tem desenvolvido a Direcção do Partido, ao esforço de muitos militantes, e ao esforço da sua própria equipe de trabalhadores, Rádio Portugal Livre tem feito consideráveis progressos no decorrer destes seus três anos de existência. Reforçou-se o sentido de orientação política dos seus programas; estreitou-se a sua ligação com os problemas e as lutas de massas; melhorou o conteúdo informativo das suas emissões. De um modo geral elevou-se o nível político ideológico da sua acção, tendo-se conseguido também consideráveis progressos na apresentação «radiofónica» dos textos transmitidos.

Entre os progressos a assinalar nos últimos tempos, há a criação dum programa especial para os camponeses, e um outro para a juventude, o aumento do tempo de emissão diária e ainda a transmissão com uma certa regularidade de programas especiais e programas dirigidos a determinadas classes e localidades do país, que têm obtido bastante êxito.

Poderemos contudo dar-nos por satisfeitos com a acção desenvolvida, e os progressos alcançados pela nossa Rádio? Não podemos. A rádio é uma arma com possibilidades imensas, tanto no campo da agitação como no campo da propaganda — ouvem-na letrados e analfabetos, pessoas organizadas e não organizadas politicamente; ouvem-na os mais conscientes e mais corajosos, e também os menos esclarecidos e mais timoratos. As emissões entram em casa de toda a gente sem pedirem licença à polícia para circular, e sem que esta possa fazer o que quer que seja para se opor eficazmente à sua propagação. Em certa medida, pode dizer-se que a



existência da Rádio Portugal Livre abriu uma profunda brecha no «silêncio fascista», e que com ela alcançamos a possibilidade de falar livremente e quotidianamente para dezenas e dezenas de milhares de portugueses, informando-os e esclarecendo-os; e para milhares e milhares de activistas políticos, orientando-os e ajudando-os na sua acção.

Estaremos aproveitando plenamente todas estas possibilidades que nos oferece a Rádio? As dificuldades que atravessa o Partido têm-nos impedido em certa medida de o fazer. Por outro lado, deficiência do trabalho e uma certa in experiência e incompreensão das possibilidades que oferece esta arma de agitação e propaganda vêm freando o seu mais completo aproveitamento.

Referiremos, apenas, alguns aspectos do problema.

Apesar de todos os esforços que têm sido feitos, ainda não se conseguiu criar uma rede suficientemente ampla e numerosa de correspondentes da Rádio. Ora uma rádio, que lança programas todos os dias, necessita de uma vultuosa e permenorizada informação, se queremos que os seus programas sejam vivos, documentados e actuais. Só uma boa rede de correspondentes nas fábricas, nos campos, nos quartéis, nas escolas, pode fornecer essa massa de informação necessária. Fortalecer, tanto quanto possamos, a rede de correspondentes da Rádio é consequentemente uma das maneiras mais eficazes de vincular ainda mais estreitamente a Rádio às lutas e aos problemas das massas, e de aproveitar melhor, portanto, as possibilidades de informação, agitação e propaganda que esta nos oferece. Temos que estimular não apenas os militantes mais destacados, mas muitos outros militantes e simpatizantes do Partido para que se correspondam e colaborem com a nossa Rádio. Temos que estimular a que o façam também trabalhadores sem partido, jovens, mulheres, militares, intelectuais, camponeses.

Apesar dos muitos progressos registados neste sentido, continua a verificar-se que a soma maior de informações que chegam até à Rádio são ainda as informações redigidas pelos funcionários do Partido, para uso interno das organizações, informações que, como é obvio, nem sempre têm as características de vivacidade e pormenorização de certos aspectos que interessam particularmente à Rádio. Procurar, portanto, que os funcionários e outros militantes escrevam **especialmente** para a Rádio, detalhando os acontecimentos que noticiam, e descrevendo com mais minúcia os problemas políticos, económicos e sociais do seu sector, é também uma outra forma de contribuir para o melhor aproveitamento da Rádio.

Uma deficiência que tolhe também esse apro-

veitamento é ainda esta outra: Há muitos militantes do Partido que ainda não vêem a Rádio como um meio de propaganda e de agitação eminentemente ligado ao trabalho prático de mobilização e organização das massas. Quando pensam na Rádio vêem nela, apenas, um instrumento de informação, e de orientação em relação a problemas de ordem muito geral, e não se lembram que podem servir-se dela como auxiliar do trabalho prático do seu próprio sector.

Quantos militantes à mesa das reuniões ou à mesa de trabalho, discutindo ou pensando, por exemplo, sobre a organização de uma campanha de agitação, sobre a organização de um movimento reivindicativo, ou sobre uma mobilização de massas em torno de um determinado objectivo, têm em conta a existência da Rádio? Quantos dentre eles, ao estabelecerem os seus planos de acção se lembram e estudam a colaboração que a Rádio pode dar ao trabalho prático como instrumento de agitação e propaganda?

Quando se trata de trabalho prático de agitação e mobilização vem à mente a imprensa clandestina, o manifesto, a tarjeta, mas ainda se esquece muito a Rádio. E a verdade é que a Rádio pode desempenhar nesse terreno um papel importantíssimo: a condição, claro está, que as organizações e militantes do Partido, por intermédio da Direcção, informem das «necessidades» e lhe indiquem a orientação a seguir. Mas para isso não basta enviar-lhes notícias de acções e movimentos «que se realizaram», como normalmente acontece: é necessário enviar-lhe, por intermédio da direcção, informações e dados sobre o que se pensa fazer, sobre as perspectivas de luta existentes, e sobre o esforço de organização e mobilização que estão a ser empreendidos ou vão ser empreendidos.

Dificuldades de vária natureza tornam por vezes bastante morosos os contactos das organizações com a Rádio. Isto não deve obstar porém a que se procure sempre utilizar mais essa arma para a acção prática, sobretudo quando os planos de mobilização que se têm em mente são a prazo largo, ou requerem uma certa continuidade.

Se conseguirmos levar a cabo a tarefa de alargar e reforçar a rede de correspondentes da Rádio, e conseguirmos generalizar amplamente entre os militantes a ideia de que a Rádio é um instrumento que pode e deve servir ainda mais intensamente a actividade prática do Partido, daremos grandes passos no sentido do aproveitamento cada vez maior das imensas possibilidades que nos oferece essa magnífica arma de agitação, e propaganda que há 3 anos temos ao nosso serviço, e que se chama RÁDIO PORTUGAL LIVRE.